

MEC-UNIRIO-FUND.UNIVERS.DO RIO DE JANEIRO/RJ

Termo de Referência 6/2026

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|--|---------------------------|---------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 6/2026 | 154034-MEC-UNIRIO-FUND.UNIVERS.DO RIO DE JANEIRO /RJ | GABRIEL ANTUNES CERQUEIRA | 05/05/2026 11:14 (v 0.11) |
| Status | CONCLUIDO | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra | 98/2026 | 23102.003931/2025-83 |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23102.003931/2025-83)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos de Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) - Língua Portuguesa, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO MENSAL | VALOR TOTAL MENSAL | VALOR TOTAL ANUAL |
|------|---|--------|---------------------------------|------------|-----------------------|--------------------|-------------------|
| 1 | Serviços continuados de Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) - Língua Portuguesa. | 12637 | Posto de Trabalho (30h /semana) | 32 | R\$ 8.126,00 | R\$ 260.032,00 | R\$ 3.120.384,00 |

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que visa atender a uma necessidade pública permanente de acessibilidade educacional, sendo essencial para a manutenção das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade por mais de um exercício financeiro.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por sucessivos períodos até o limite de 60 meses, e, excepcionalmente, por mais 12 meses, até o máximo de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 34023077000107-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2025;

III) Id do item no PCA: 581;

IV) Classe/Grupo: 839 - OUTROS SERVIÇOS DE NEGÓCIOS, TÉCNICOS E PROFISSIONAIS;

V) Identificador da Futura Contratação: 154034-98/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 6 dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP nº 3/2026), apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução consiste na realização de Sistema de Registro de Preços (SRP) para a eventual contratação de serviços continuados de Tradução e Interpretação de LIBRAS, por meio da alocação de até 32 (trinta e dois) postos de trabalho em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

3.3. Esta solução foi selecionada por garantir a continuidade do atendimento acadêmico aos estudantes surdos em diferentes turnos e campi, permitindo o sistema de revezamento (trabalho em dupla) necessário para manter a qualidade da interpretação e mitigar a fadiga cognitiva dos profissionais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Adotar práticas de uso racional de recursos naturais e bens públicos, especialmente no que se refere ao consumo de energia elétrica e papel nos processos administrativos vinculados à execução do serviço;

4.1.2. Realizar a destinação adequada dos resíduos sólidos gerados em decorrência da prestação dos serviços, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos; e

4.1.3. Dar preferência, sempre que possível, à utilização de materiais de menor impacto ambiental em suas atividades de apoio.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou

em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.(a14)

4.10.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.16.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.16.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.20. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Instalação de escritório

4.21. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município do Rio de Janeiro, tendo em vista a quantidade de postos e a necessidade de gestão próxima da mão de obra alocada.

4.22. A comprovação da existência ou instalação do escritório deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de início da vigência do contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 5 dias úteis da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. A execução consistirá na alocação de 32 (trinta e dois) postos de trabalho de Tradutor e Intérprete de LIBRAS.

5.1.2.2. Os serviços serão prestados sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com jornada de 30 horas semanais por posto.

5.1.2.3. A rotina de trabalho observará o sistema de revezamento (trabalho em dupla) para atividades de longa duração, ocorrendo idealmente a cada 20 a 30 minutos.

5.1.2.4. Este revezamento é requisito técnico essencial para mitigar a fadiga mental e garantir a fidedignidade da comunicação.

5.1.2.5. As atribuições incluem a mediação da comunicação entre surdos e ouvintes em aulas, reuniões, eventos e processos seletivos, além da tradução de materiais didáticos e gravação de vídeos.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.3.1. Os serviços serão executados de forma contínua para atender às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade.

5.1.3.2. A escala de trabalho será definida pela fiscalização do contrato, abrangendo os turnos matutino, vespertino e noturno, conforme a grade horária e demanda acadêmica.

5.1.4. Etapas:

5.1.4.1. Etapa de Mobilização: Após a assinatura, a contratada deverá apresentar a relação de profissionais qualificados conforme os requisitos de formação (Nível Superior) em até 5 dias.

5.1.4.2. Etapa de Execução: Prestação ininterrupta dos serviços de tradução e interpretação durante o período letivo e administrativo.

5.1.4.3. Etapa de Transição: Inicia-se 60 dias antes do término do contrato para garantir a continuidade do serviço sem prejuízo aos alunos surdos.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nas dependências da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio, nos diversos Campi, unidades administrativas e acadêmicas, atuais ou futuras, localizadas no Estado do Rio de Janeiro - RJ, conforme a necessidade da Administração e a alocação definida pela fiscalização do contrato.

5.2.1. A título de exemplo, os serviços poderão ser demandados nos seguintes endereços principais, entre outros:

- Rua Voluntários da Pátria, 107 - Botafogo - Rio de Janeiro;
- Av. Pasteur, 296 - Urca - Rio de Janeiro;
- Rua Frei Caneca, 94 - Centro - Rio de Janeiro;
- Av. Pasteur, 436 - Urca - Rio de Janeiro.

5.2.1.1. Caso a Unirio venha a criar outros campus ou deslocar os existentes para outros endereços, será necessário ampliar o rol acima estabelecido para prestação do serviço.

5.2.1.2. Além dos endereços institucionais, os serviços poderão ser prestados em locais externos onde ocorram atividades acadêmicas, tais como visitas técnicas, eventos externos, congressos e outras atividades de campo.

5.2.2. Os serviços serão prestados, em regra, de segunda a sexta-feira. Eventuais necessidades de prestação de serviço aos sábados, para os postos com jornada regular de segunda a sexta, serão gerenciadas por meio de regime de compensação de jornada, com a correspondente folga em dia útil, a ser acordado previamente entre o colaborador e a fiscalização, sem ônus adicional para a Contratante.

5.2.3. A carga horária semanal para cada posto de trabalho será de 30 (trinta) horas. Para os postos com jornada de segunda a sexta-feira, caberá à Contratada formalizar junto aos seus empregados o acordo de compensação de jornada para o cumprimento das 30 horas semanais em 5 (cinco) dias, em total conformidade com a legislação trabalhista (art. 59 da CLT), sem que isso gere custos de horas extras para a Unirio.

5.2.3.1. O registro de frequência será operacionalizado por sistema de registro eletrônico de ponto (SREP), podendo ser via biometria, reconhecimento facial ou aplicativo mobile com geolocalização, nos termos da Portaria MTE nº 671/2021, cabendo à Contratada garantir o acesso do empregado ao comprovante de registro em formato digital ou impresso.

5.2.4. Os eventuais deslocamentos dos profissionais alocados para atividades realizadas fora dos campi habituais de prestação dos serviços, tais como eventos externos, congressos e visitas técnicas, serão custeados pela Unirio por meio de transporte institucional ou ressarcimento direto, não constituindo encargo do contratado e não integrando a Planilha de Custos e Formação de Preços

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as seguintes rotinas e atribuições essenciais:

5.3.1. Mediação de Comunicação: Realizar a interpretação e tradução simultânea ou consecutiva da LIBRAS para a Língua Portuguesa (modalidade oral) e vice-versa.

5.3.2. Apoio às Atividades-Fim: Atuar em todas as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, incluindo aulas presenciais, reuniões acadêmicas, palestras, eventos, defesas de tese e processos seletivos.

5.3.3. Tradução de Documentos: Traduzir materiais didáticos, editais, documentos administrativos e de divulgação institucional sempre que demandado.

5.3.4. Sistema de Revezamento: Atuar obrigatoriamente em dupla quando a atividade de interpretação for de longa duração (superior a 40 minutos), realizando o revezamento a cada 20 ou 30 minutos para garantir a qualidade técnica e evitar a fadiga cognitiva.

5.3.5. Produção de Conteúdo: Realizar gravações em vídeo de materiais traduzidos para LIBRAS para compor o acervo de acessibilidade da Universidade.

5.3.6. Substituição: A Contratada deve garantir a substituição imediata de profissionais em casos de faltas, férias ou licenças, mantendo a continuidade do atendimento ao estudante surdo.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. Quantitativo e Jornada: Alocação de 32 (trinta e dois) postos de trabalho, com jornada de 30 (trinta) horas semanais cada.

5.4.2. Escalas e Turnos: Necessidade de cobertura nos turnos matutino, vespertino e noturno, abrangendo os diversos campi e unidades da Unirio.

5.4.3. Exigência Técnica de Revezamento: A proposta deve considerar que a interpretação em atividades de longa duração exige obrigatoriamente o trabalho em dupla (revezamento a cada 20-30 minutos) para garantir a qualidade e fidedignidade da tradução.

5.4.4. Qualificação Profissional: Todos os profissionais devem possuir nível superior completo, com habilitação prioritária em Tradução e Interpretação em Libras ou certificação de proficiência reconhecida (ex: PROLIBRAS), além de experiência mínima de 6 meses.

Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). (Nota: Para serviços de natureza continuada de mão de obra, aplica-se a garantia legal de adequação e qualidade da execução).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas para garantir a continuidade do serviço essencial aos alunos surdos:

5.6.1. Repasse de Informações Acadêmicas: A contratada atual deverá fornecer à nova contratada (ou à Administração) a relação de alunos atendidos, suas respectivas grades horárias e campi de alocação.

5.6.2. Inventário de Tradução: Entrega de todos os materiais didáticos, editais e vídeos produzidos ou em fase de tradução durante a vigência do contrato.

5.6.3. Plano de Desmobilização: Apresentação, com 30 dias de antecedência do fim do contrato, da comprovação de quitação das verbas rescisórias ou plano de realocação dos profissionais, para fins de liberação da garantia contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Monitoramento da Assiduidade e Pontualidade: Conferir diariamente a presença dos 32 profissionais nos postos de trabalho e campi designados, observando o cumprimento rigoroso da jornada de 30 horas e das escalas nos turnos matutino, vespertino e noturno.

6.16.2. Verificação do Revezamento Técnico: Fiscalizar a aplicação obrigatória do sistema de revezamento em dupla (idealmente a cada 20-30 minutos) em atividades de interpretação de longa duração, visando mitigar a fadiga mental e garantir a fidedignidade da tradução.

6.16.3. Controle de Substituições: Validar a substituição imediata de profissionais em casos de faltas ou licenças, garantindo que não haja interrupção no atendimento aos estudantes surdos e evitando o descumprimento da Lei Brasileira de Inclusão.

6.16.4. Gestão de Entregas: Acompanhar o fluxo de tradução de materiais didáticos, editais e a realização de gravações em vídeo demandadas pelas unidades acadêmicas.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de relatórios extraídos do sistema de ponto eletrônico da contratada, devendo a tecnologia utilizada permitir a fiscalização remota e em tempo real pela Unirio, sempre que solicitado.

6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.28.1. Anuência do preposto da contratada;

6.28.2. Concordância da fiscalização do contrato; e

6.28.3. Registro da compensação no histórico de gerenciamento do contrato.

6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.33.1. Conferência Mensal de Benefícios: Verificar, por meio de amostragem ou totalidade, o efetivo fornecimento do auxílio-transporte e do auxílio-refeição.

6.33.2. Verificação de Salários: Conferir se o salário base pago corresponde ao definido na contratação.

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3.. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.35.1.3.2 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.35.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.35.1.4 entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

- 6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.42. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.47. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.49. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.57.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.57.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.58. As compensações de jornada limitam-se:

6.58.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.58.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.59. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.60. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.61. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.62. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.63. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.64. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.65. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.65.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.65.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.66. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.67. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.69. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no apêndice B.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. A entrega efetiva dos postos de trabalho contratados, conforme quantitativos e perfis profissionais definidos neste Termo de Referência, verificada por meio do acompanhamento da frequência e presença dos empregados alocados pela Contratada;

7.4.2. A avaliação da conformidade e da qualidade da prestação dos serviços em relação às rotinas, atribuições e padrões definidos no Modelo de Execução do Objeto, aferida por meio dos registros da fiscalização técnica e, principalmente, pelos resultados apurados através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), anexo deste TR;

7.4.3. A comprovação do cumprimento das obrigações contratuais acessórias essenciais, em especial a regularidade fiscal /trabalhista/previdenciária da Contratada e o pagamento tempestivo de salários e benefícios aos empregados vinculados ao contrato, conforme verificado pela fiscalização administrativa.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório e fins de faturamento pela Contratada, será considerado o período mensal de prestação dos serviços, apurado do primeiro ao último dia de cada mês civil.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.38. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.38.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.38.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Repactuação

7.39. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.40. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado[:

7.40.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.40.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.41. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.41.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.42. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.43. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.44. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.45. O Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.46. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.46.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.46.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.46.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.46.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.46.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.46.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.47. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento [indicar o índice a ser adotado], com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.48. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.49. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.50. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.52. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.54. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.55. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.56. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.57. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.58. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.59. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até [indicar o prazo], contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.60. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.61. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.62. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.63. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.64. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.65. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.65.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.66. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.66.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.66.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.66.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.66.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.66. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada

7.67. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.68. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.69. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições

previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.70. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.71. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.72. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.72.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.72.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.72.3. Multa sobre o FGTS; e

7.72.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.73. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.74. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.75. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.76. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.77. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.78. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.79. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.80. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES /MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada no Anexo I deste Termo de Referência, utilizada como paradigma:

a) salário-base e adicionais;

b) auxílio-alimentação;

c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral correspondente ao cargo;

9.3.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos.

9.3.3. Os valores orçados pela Administração constam no estudo técnico preliminar.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo II deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.31.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.31.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.34.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.34.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, totalizando ao menos 16 (dezesesseis) postos de trabalho simultâneos;

9.34.1.3 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.34.1.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.1.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.34.1.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.35. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município do Rio de Janeiro, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.38. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, conforme requisitos de formação definidos no ETP:

9.38.1. Para os 32 (trinta e dois) postos de Tradutor e Intérprete de LIBRAS (CBO 2614-25): Comprovação de Nível Superior Completo, com habilitação prioritária em Letras: Libras (Bacharelado ou Licenciatura) ou Nível Superior em qualquer área acrescido de exame de proficiência (ex: PROLIBRAS) ou certificação de curso de extensão/formação continuada com no mínimo 360h.

9.38.2. Comprovação de experiência mínima de 6 (seis) meses na função de tradução e interpretação de LIBRAS.

9.38.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.39. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior.

9.40. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.41. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.42. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.43. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.44. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.45. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.46. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.47. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.47.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.47.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.47.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.47.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.47.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.47.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.47.6.1. ata de fundação;

9.47.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.47.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.47.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.47.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.47.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.47.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 3.120.384,00 (três milhões, cento e vinte mil trezentos e oitenta e quatro reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. A estimativa do valor da contratação foi obtida por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo I), tendo como base os seguintes parâmetros:

10.2.1. Valor Mensal Estimado por Posto: R\$ 8.126,00 (oito mil cento e vinte e seis reais).

10.2.2. Valor Mensal (32 Postos): R\$ 260.032,00 (duzentos e sessenta mil reais e trinta e dois centavos).

10.2.3. Valor Global Anual (12 meses): R\$ 3.120.384,00 (três milhões, cento e vinte mil trezentos e oitenta e quatro reais).

10.3. Os preços foram estimados utilizando como referência o piso salarial e os benefícios definidos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da SIEMACO (RJ001061/2025), aplicável à categoria profissional correlata.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

Não se aplica à presente contratação, pois será formalizado o Termo de Contrato.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALLAN ROCHA DAMASCENO

Membro da comissão de contratação

EBERSON DOS SANTOS SARMENTO

Membro da comissão de contratação

MARCELO LEIRAS DA SILVA

Membro da comissão de contratação

MEC-UNIRIO-FUND.UNIVERS.DO RIO DE JANEIRO/RJ

Estudo Técnico Preliminar 3/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23102.003931/2025-83

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação visa à prestação de serviços continuados de Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) - Língua Portuguesa, por meio de 32 (trinta e dois) postos de trabalho em regime de dedicação exclusiva. O objetivo é assegurar o pleno acesso à comunicação, à informação e à educação aos estudantes surdos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), em conformidade com as exigências legais de acessibilidade.

2.1.1. Considerando o cenário atual da Unirio, há 7 estudantes surdos matriculados, 1 estudante externo em disciplina de mestrado e 1 professor surdo, com uma média histórica de ingresso de 2 novos estudantes surdos por semestre. É razoável projetar o ingresso de aproximadamente 8 novos alunos em um período de 24 meses, totalizando 16 pessoas surdas em acompanhamento simultâneo na comunidade universitária.

2.1.2. Como a atividade de interpretação de Libras exige revezamento em duplas, para o atendimento dessa demanda justifica-se a ampliação do quantitativo atual para 32 intérpretes (32 postos de trabalho) no registro de preços.

2.1.3. Essa ampliação não implica contratação imediata, mas cria margem contratual para absorver o crescimento projetado de estudantes surdos na universidade nos próximos semestres, evitando novos processos licitatórios em curto prazo e assegurando a continuidade do serviço.

2.1.4. Essa quantidade de intérpretes visa atender à demanda de interpretação em sala de aula, bem como às atividades acadêmicas e administrativas, incluindo eventos, tutorias, orientações, reuniões, oficinas, seminários, congressos, entre outras, além da tradução de materiais didáticos e de vídeos institucionais.

2.1.5. Essas atribuições integram as funções do SETILSP (Setor de Tradução e Interpretação de Libras e Português - NAI), porém não vêm sendo plenamente executadas devido à insuficiência de pessoal, o que reforça a necessidade de ampliação do quadro de intérpretes para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de acessibilidade linguística na universidade.

2.2. A demanda por este serviço é uma obrigação legal da Universidade, que excede a capacidade de atendimento do quadro efetivo de servidores. O modelo de execução indireta (terceirização) se justifica, pois o cargo de "Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais" do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) encontra-se em processo de extinção, conforme o Decreto nº 10.185/2019.

2.3. Ademais, esta decisão encontra amparo no Decreto nº 9.507/2018 e na Portaria nº 443/2018 do Ministério do Planejamento, que estabelece preferência pela execução indireta de serviços de tradução, incluindo LIBRAS.

2.4. Fundamentação Legal e Institucional

2.4.1. A obrigatoriedade deste serviço advém de um amplo conjunto de dispositivos legais que visa garantir os direitos da pessoa com deficiência:

2.4.1.1. Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015): Esta é a norma central que impõe ao poder público o dever de "assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar" um sistema educacional inclusivo (Art. 28). A LBI obriga as instituições de ensino a disponibilizar "tradutores e intérpretes da Libras" (Art. 28, Inciso XI).

2.4.1.2. Qualificação Exigida: O § 2º do Art. 28 da LBI é específico para o ensino superior, determinando que os intérpretes em cursos de graduação e pós-graduação "devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras". O prazo para esta adequação é obrigatório desde janeiro de 2020.

2.4.1.3. Legislação Específica de LIBRAS: A contratação cumpre o disposto na Lei nº 10.436/2002 (que reconhece LIBRAS) e, fundamentalmente, no Art. 14 do Decreto nº 5.626/2005, que determina expressamente às instituições federais de ensino a obrigatoriedade de "garantir... às pessoas surdas, acesso à comunicação" e "prover as escolas com tradutor e intérprete de Libras".

2.4.1.4. Demanda Contínua (Lei de Cotas): A Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), atualizada pela Lei nº 14.723/2023, assegura o ingresso contínuo de pessoas com deficiência, gerando uma demanda permanente que justifica a contratação de 32 (trinta e dois) postos.

2.4.1.5. Qualidade do Serviço: O intenso esforço cognitivo da interpretação exige revezamento dos profissionais (idealmente a cada 20-30 minutos) para evitar a fadiga mental e garantir a qualidade da comunicação. Isso fundamenta a necessidade de "duplas de intérpretes para cada Posto de Serviço", justificando a quantidade de postos solicitada. O revezamento entre intérpretes, descrito neste subitem como uma medida de qualidade para evitar fadiga mental e preservar a precisão comunicativa, já se encontra assegurado legalmente pela Lei nº 14.704/2023, que alterou a Lei nº 12.319/2010. Essa norma reconhece o intenso esforço cognitivo e físico da interpretação de Libras e estabelece parâmetros para jornada e condições de trabalho adequadas, reforçando a obrigatoriedade de revezamento em duplas durante atividades contínuas.

2.4.2. A contratação está, ainda, alinhada à missão institucional da Unirio de promover o ensino inclusivo e acessível, viabilizando o suporte necessário às atividades-fim de ensino, pesquisa e extensão.

2.3. Riscos e Resultados Esperados

2.3.1. A indisponibilidade destes serviços representa um grave descumprimento de normas legais (LBI e Decreto 5.626/2005), inviabiliza a participação e o processo formativo dos alunos surdos e expõe a Universidade a danos reputacionais e sanções legais.

2.3.1.1. Além da LBI (Lei nº 13.146/2015) e do Decreto nº 5.626/2005, é importante citar também a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para reconhecer a educação bilíngue de surdos como modalidade própria de ensino, com Libras como primeira língua (L1) e português escrito como segunda língua (L2).

2.3.1.2. A lei assegura que, no ensino superior, as instituições devem garantir o acesso pleno à educação bilíngue, o que inclui: materiais didáticos em Libras e/ou bilíngues, professores e intérpretes com formação adequada e específica, apoio educacional especializado, e adaptações pedagógicas e comunicacionais que permitam a participação efetiva de estudantes surdos nas atividades acadêmicas.

2.3.1.3. Assim, essa legislação amplia o escopo das obrigações legais da Universidade, reforçando que a acessibilidade linguística não se limita à presença de intérpretes em sala de aula, mas envolve também a produção e tradução de materiais, a atuação em eventos, a mediação em processos acadêmicos e a formação bilíngue continuada.

2.3.1.4. Com a presente contratação, a Administração espera alcançar os seguintes resultados:

- a) Viabilizar a continuidade da prestação do serviço de interpretação, em substituição ao contrato anterior (baseado no ETP 16/2022);
- b) Assegurar o direito constitucional e legal de alunos surdos acompanharem aulas, eventos e demais atividades acadêmicas em igualdade de condições;
- c) Permitir que as unidades acadêmicas e administrativas executem suas atividades com eficiência, e que os servidores efetivos se dediquem à supervisão e gestão estratégica dos serviços;
- d) Atender com qualidade e excelência o público-alvo, por meio da disponibilização de profissionais capacitados conforme a Lei nº 12.319/2010 (que regulamenta a profissão).

2.4. Classificação do Objeto

2.4.1. Diante do exposto, o serviço pretendido é classificado como comum, de natureza continuada e será executado com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|---|-----------------------|
| Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAI | Allan Rocha Damasceno |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação deve atender aos seguintes requisitos mínimos, necessários e suficientes para garantir a qualidade, legalidade e adequação da solução à necessidade da Unirio, conforme Art. 9º, II, da IN 58/2022:

4.2. Requisitos de Classificação do Serviço

4.2.1. Serviço Comum: O objeto possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.2.2. Natureza Continuada: O serviço visa atender a uma necessidade pública permanente (acessibilidade educacional), por mais de um exercício financeiro, sendo essencial para a Universidade.

4.2.3. Dedicção Exclusiva de Mão de Obra: O modelo de execução exige que os 32 (trinta e dois) postos de trabalho fiquem à disposição nas dependências da Unirio, não compartilhando recursos humanos para outros contratos, e possibilitando a fiscalização da alocação dos recursos.

4.3. Requisitos de Qualificação Técnica da Contratada (Empresa)

4.3.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho da atividade, por meio de:

4.3.1.1. Atestado de Capacidade Técnica: Apresentar atestado(s) que comprove(m) a prestação de serviços de Tradução e Interpretação de LIBRAS por, no mínimo, 3 (três) anos.

4.3.1.2. Gestão de Postos: Comprovar a gestão de, no mínimo, 50% dos postos licitados (ou seja, 16 postos).

4.4. Requisitos de Qualificação da Mão de Obra (Profissional)

4.4.1. O profissional alocado no posto de Tradutor e Intérprete de LIBRAS (CBO 2614-25) deverá atender, obrigatoriamente, aos requisitos de formação para atuação em nível superior, conforme exigido pela Lei nº 13.146/2015 (LBI), Art. 28, § 2º, e pela Lei nº 12.319/2010. As opções de formação aceitas são:

4.4.1.1. Formação Prioritária: Diploma de curso superior de graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa.

4.4.1.2. Formação Alternativa: Diploma de Ensino Superior Completo em qualquer área, acrescido de aprovação em exame de proficiência (ex: PROLIBRAS) ou certificação de curso de extensão/formação continuada (mínimo 360h) em Tradução e Interpretação de LIBRAS.

4.4.1.3. Experiência Mínima: Em qualquer dos casos acima, o profissional deverá comprovar experiência mínima de 6 (seis) meses na função.

4.5. Requisitos Essenciais de Execução do Serviço

4.5.1. Jornada: Os 32 (trinta e dois) postos de trabalho deverão cumprir a jornada de 30 (trinta) horas semanais, em turnos a serem definidos pela fiscalização do contrato (matutino, vespertino e noturno), conforme a demanda acadêmica.

4.5.2. Local: Os serviços serão prestados presencialmente nas dependências da Unirio (todos os campi) ou em locais externos onde ocorram atividades acadêmicas (visitas técnicas, eventos, etc.).

4.5.3. Objeto Principal: Mediar a comunicação entre surdos e ouvintes (professores, estudantes, servidores) por meio da LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa.

4.6. Atribuições Essenciais:

4.6.1. Atuar em todas as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão (aulas, reuniões, palestras, eventos, processos seletivos, etc.) de forma presencial, ou remota, quando necessário.

4.6.2. Traduzir materiais didáticos, documentos administrativos, editais, vídeos institucionais e outros conteúdos informativos;

4.6.3. Realizar gravações em vídeo de traduções.

4.6.4. Realizar estudo prévio e coleta de informações sobre os temas e materiais a serem interpretados, assegurando a qualidade da interpretação nas aulas e em outras atividades acadêmicas e institucionais.

4.7. Substituição: A contratada deve assegurar a substituição imediata do profissional ausente (férias, licenças, faltas) por outro de qualificação igual ou superior, sem interrupção dos serviços.

4.8. Requisitos de Conduta e Ética Profissional

4.8.1. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente os preceitos éticos da profissão, definidos na Lei nº 12.319/2010, especialmente quanto ao sigilo da informação, imparcialidade e fidelidade aos conteúdos.

4.8.2. Os profissionais alocados deverão observar as normas de conduta da Unirio, tratando a comunidade acadêmica com urbanidade e zelo, e mantendo assiduidade e pontualidade.

4.9. Requisitos de Sustentabilidade

4.9.1. A contratação deverá prever critérios e práticas de sustentabilidade, conforme Art. 9º, II, da IN 58/2022. A contratada deverá adotar o uso racional de recursos e destinação adequada de resíduos em seus processos administrativos.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Conforme Art. 9º, III, da IN 58/2022, foi realizado um levantamento das soluções e modelos de contratação disponíveis no mercado. Para o atendimento da necessidade de tradução e interpretação de LIBRAS, identificaram-se duas alternativas principais de execução:

5.1.1. Solução 1: Contratação por regime de tarefa (Pagamento por hora): Modelo sem dedicação exclusiva de mão de obra, com remuneração baseada na hora de trabalho efetivamente demandada.

5.1.2. Contratação por posto de trabalho: Modelo com dedicação exclusiva de mão de obra, alocando profissionais fixos para a jornada definida (30h semanais).

5.2. Análise das Alternativas e Justificativa da Solução Escolhida:

5.2.1. A Solução 1 (regime de tarefa) foi analisada e descartada para o atendimento central desta demanda (atividades acadêmicas regulares dos estudantes surdos). Embora possa ser útil para eventos pontuais e isolados, ela apresenta riscos significativos para a necessidade principal da Unirio, quais sejam:

5.2.1.1. Risco de Descontinuidade: O formato por hora contribui para a alta rotatividade dos profissionais, aumentando a possibilidade de desatendimento por falta de disponibilidade.

5.2.1.2. Prejuízo Pedagógico: A prestação dos serviços visa ao atendimento de alunos em grades horárias definidas. As disciplinas utilizam termos técnicos específicos, sendo crucial que o tradutor acompanhe o aluno de forma continuada. A substituição constante de profissionais durante o semestre traz prejuízos diretos ao aprendizado e à eficiência da comunicação.

5.2.2. A Solução 2 (Contratação por posto de trabalho) é a que melhor atende à necessidade da Universidade, alinhando-se ao DFD 8/2026. A alocação de postos fixos em regime de dedicação exclusiva garante:

5.2.2.1. A continuidade e a segurança na prestação do serviço, cobrindo integralmente as grades horárias dos alunos nos turnos necessários;

5.2.2.2. A qualidade da interpretação, ao permitir que o profissional se familiarize com os termos técnicos das disciplinas;

5.2.2.3. O vínculo profissional entre o intérprete e o estudante, facilitando o processo de ensino-aprendizagem.

5.3. Análise de Mercado (Fornecedores):

5.3.1. O modelo de contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra (Solução 2) não representa inovação às práticas de mercado. É o modelo usualmente adotado por órgãos da Administração Pública para o atendimento desta necessidade.

5.3.2. Verifica-se a existência de diversas empresas atuantes no mercado especializadas na prestação deste serviço, o que garante a ampla competitividade do certame.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução consiste na realização de Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme Art. 78, IV, da Lei 14.133/2021, para a eventual e futura contratação de serviços continuados de TILS, por meio da alocação de até 32 (trinta e dois) postos de trabalho em regime de dedicação exclusiva. Este modelo (SRP) foi escolhido por ser o mais eficiente para atender a uma demanda que, embora permanente, possui quantitativo flutuante e exige que a Administração tenha flexibilidade para rapidamente adicionar novos postos de trabalho durante a vigência da Ata, sem a necessidade de um novo e demorado processo licitatório.

6.1.1. Esta solução foi escolhida por ser a única capaz de atender à demanda permanente da instituição, garantindo a presença contínua de profissionais qualificados para:

6.1.1.1. Acompanhamento Acadêmico: Assegurar o pleno acesso dos estudantes surdos às atividades de ensino, pesquisa e extensão, como aulas, palestras, reuniões, eventos acadêmicos e atividades culturais.

6.1.1.2. Tradução de Materiais: Realizar a tradução de materiais didáticos, editais, documentos e vídeos, conforme a demanda do setor requisitante.

6.2. Modelo de Execução da Solução:

6.2.1. A contratada será responsável pelo gerenciamento completo dos 32 (trinta e dois) postos de 30 horas semanais, incluindo o fornecimento de profissionais com a qualificação definida no Tópico 4 (Nível Superior).

6.2.2. A quantidade de 32 (trinta e dois) postos é justificada pela necessidade de cobrir os diferentes turnos (matutino, vespertino e noturno) e campi da Unirio, e, fundamentalmente, para viabilizar o sistema de revezamento (trabalho em dupla).

6.2.3. Conforme apontado no DFD, o intenso esforço cognitivo da interpretação simultânea exige pausas e revezamento dos profissionais para evitar a fadiga mental e garantir a fidedignidade e a qualidade da comunicação. O modelo de dedicação exclusiva garante que os profissionais estejam familiarizados com a rotina acadêmica e os termos técnicos específicos dos cursos, mitigando os riscos pedagógicos identificados no Tópico 5.

6.3. Vigência do Contrato

6.3.1. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, nos termos do Art. 106 e Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite de 60 (sessenta) meses, e, excepcionalmente, por mais 12 (doze) meses, até o máximo de 10 (dez) anos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A unidade de medida para esta contratação será o Posto de Trabalho, correspondendo a um profissional Tradutor/Intérprete de LIBRAS em regime de 30 (trinta) horas semanais.

| Descrição do Serviço | Unidade de Medida | Quantidade |
|---|---------------------------------|--------------------|
| Serviço Continuado de Tradução e Interpretação de LIBRAS (com dedicação exclusiva de mão de obra) | Posto de Trabalho (30h /semana) | 32 (trinta e dois) |

7.2. Memória de Cálculo / Justificativa da Quantidade

7.2.1. A estimativa de 32 (trinta e dois) postos de trabalho é definida como o quantitativo mínimo necessário para atender à demanda da instituição, e baseia-se nos seguintes fatores, conforme detalhado no DFD 8/2026:

7.2.1.1. Demanda Histórica e Continuidade: O quantitativo visa substituir o contrato anterior (baseado no ETP 16/2022), garantindo a continuidade de um serviço essencial e ininterrupto.

7.2.1.2. Demanda Legal Permanente: A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012, atualizada pela Lei nº 14.723/2023) assegura o ingresso contínuo de estudantes com deficiência, o que gera uma demanda permanente por acessibilidade.

7.2.1.3. Necessidade Técnica (Revezamento): A quantidade de 32 (trinta e dois) postos é o mínimo necessário para cobrir os turnos acadêmicos (matutino, vespertino e noturno) nos quais há alunos surdos matriculados, permitindo, ao mesmo tempo, a gestão do revezamento (trabalho em dupla). Este revezamento é uma exigência técnica para mitigar o intenso esforço cognitivo da interpretação e garantir a qualidade e fidedignidade da comunicação.

7.2.1.4. Capacidade Operacional: O quadro efetivo de servidores da Unirio é insuficiente para atender a esta demanda, e o cargo de TILS no PCCTAE está em extinção, tornando a contratação a única solução viável.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.120.384,00

8.1. O valor da contratação foi estimado com base na metodologia da Planilha de Custos e Formação de Preços, utilizando como referência o piso salarial e os benefícios definidos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da SIEMACO, aplicável à categoria de Recepcionista Bilíngue:

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ001061/2025

DATA DE REGISTRO NO MTE: 28/04/2025

8.2. A estimativa considerou todos os custos diretos e indiretos para a disponibilização dos 32 (trinta e dois) postos de trabalho com dedicação exclusiva, incluindo salários, encargos sociais, benefícios, insumos, equipamentos, custos indiretos, tributos e lucro da empresa:

8.2.1. Valor Mensal (1 Posto): R\$ 8.126,00 (oito mil cento e vinte e seis reais).

8.2.2. Valor Mensal (32 Postos): R\$ 260.032,00 (duzentos e sessenta mil reais e trinta e dois centavos).

8.2.3. Valor Anual (12 meses): R\$ 3.120.384 (três milhões, cento e vinte mil trezentos e oitenta e quatro reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Conforme o Art. 9º, VII, da IN 58/2022 e o Art. 47, II, da Lei nº 14.133/2021, a regra geral é o parcelamento do objeto. No entanto, para esta contratação, o parcelamento (ex: licitar 32 postos individuais) mostra-se técnica e economicamente inviável.

9.2. Opta-se, portanto, pela contratação em lote único contendo os 32 (trinta e dois) postos de trabalho, pelas seguintes razões:

9.2.1. Inviabilidade Técnica e Risco ao Conjunto do Objeto (Art. 40, § 3º, II, Lei 14.133/2021): A principal necessidade técnica da execução do serviço, conforme descrito no DFD e no Tópico 6, é a gestão do revezamento (trabalho em dupla) entre os intérpretes. Esta prática é fundamental para evitar a fadiga cognitiva e garantir a qualidade da tradução. Se a contratação fosse parcelada (ex: 32 empresas, cada uma com 1 posto), a gestão desse revezamento se tornaria operacionalmente inviável, pois não seria possível coordenar o trabalho entre profissionais de empresas distintas, prejudicando o conjunto da solução de acessibilidade.

9.2.2. Economia de Escala (Art. 40, § 3º, I, Lei 14.133/2021): A contratação dos 32 postos em lote único permite que a empresa dilua seus custos fixos e indiretos (Módulo 6 da Planilha de Custos), resultando em um valor por posto mais vantajoso para a Administração do que o obtido na contratação de 32 lotes isolados.

9.2.3. Redução dos Custos de Gestão Contratual (Art. 47, § 1º, II, Lei 14.133/2021): O parcelamento implicaria a necessidade de gerenciar e fiscalizar 32 (trinta e dois) contratos distintos, multiplicando o esforço administrativo da equipe de fiscalização da Unirio, o que não se mostra eficiente. A gestão centralizada em um único contrato otimiza o acompanhamento e a resolução de demandas.

9.3. Desta forma, a adjudicação por lote único (contendo os 32 postos) é a medida que melhor atende à economicidade e à necessidade técnica do serviço.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que impactem ou sejam diretamente impactadas pela execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar. A solução foi concebida para ser completa, englobando o fornecimento de todos os recursos humanos e materiais pela futura contratada, o que mitiga a necessidade de contratações paralelas para viabilizar a prestação do serviço.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está em total alinhamento com os instrumentos de planejamento da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

11.2. A necessidade foi devidamente registrada e justificada no sistema de planejamento por meio do Documento de Formalização da Demanda (DFD) no 8/2026.

11.3. Adicionalmente, esta demanda consta no Plano de Contratações Anual (PCA) da Unirio para o exercício de 2026, cadastrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), conforme o seguinte detalhamento:

Id pca PNCP: 34023077000107-0-000001/2026

Data de publicação no PNCP: 15/05/2025

Id do item no PCA: 581

Classe/Grupo: 839 - OUTROS SERVIÇOS DE NEGÓCIOS, TÉCNICOS E PROFISSIONAIS

Identificador da Futura Contratação: 154034-98/2026

11.4. A contratação atende aos objetivos institucionais de zelar pela adequada manutenção do patrimônio público e de garantir condições de salubridade, segurança e bem-estar para a comunidade acadêmica, sendo essencial para a conservação de um ambiente propício às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com a contratação da solução descrita, a Administração espera alcançar os seguintes resultados e benefícios:

12.1.1. Garantia do Cumprimento Legal: Assegurar o pleno cumprimento da legislação de inclusão, garantindo o direito constitucional à educação e o acesso à comunicação em igualdade de condições aos estudantes surdos.

12.1.2. Continuidade do Serviço Essencial: Viabilizar a continuidade da prestação do serviço de interpretação, substituindo o contrato anterior sem interrupção, o que é vital para o andamento das atividades acadêmicas.

12.1.3. Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos: Permitir que os servidores efetivos do quadro (cujo cargo de TILS está em extinção) possam se dedicar à supervisão, gestão estratégica e fiscalização dos serviços, em vez da execução operacional da demanda.

12.1.4. Qualidade Pedagógica: Assegurar um atendimento de excelência ao público-alvo, por meio da alocação de profissionais com a qualificação de Nível Superior exigida, e garantir a continuidade do intérprete com o aluno, facilitando o processo de ensino-aprendizagem.

12.1.5. Economicidade e Eficiência: Obter economia de escala e eficiência administrativa pela adjudicação em lote único, reduzindo os custos de gestão e fiscalização contratual, conforme justificado no Tópico 9.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Designar formalmente, por Portaria, os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização (titulares e substitutos) do contrato, conforme Art. 117 da Lei 14.133/2021.

13.2. Assegurar a disponibilidade de créditos orçamentários para cobrir a despesa no exercício vigente e planejar a inclusão nos exercícios subsequentes.

13.3. Comunicar às unidades acadêmicas e administrativas (Pró-Reitorias, Direções de Centro, etc.) sobre o novo contrato para facilitar a alocação e o acesso dos profissionais terceirizados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

9.1. A prestação de serviços de Tradução e Interpretação de LIBRAS é considerada de baixo impacto ambiental direto.

9.2. Os impactos indiretos estão relacionados ao consumo de recursos típicos de atividades administrativas (ex: energia elétrica para equipamentos de tradução ou gravação, consumo de papel) e ao deslocamento dos profissionais.

9.3. O Termo de Referência deverá prever, conforme Art. 9º, II, da IN 58/2022, que a contratada adote práticas de sustentabilidade, como o uso racional de recursos, a preferência por materiais de menor impacto ambiental e a destinação adequada de resíduos (se aplicável), em linha com as diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A viabilidade da contratação, nos termos do Art. 8º, § 1º, da IN 58/2022, está demonstrada pelos seguintes pontos consolidados neste Estudo Técnico Preliminar:

15.1.1. Interesse Público e Necessidade (Tópico 2): A contratação não é discricionária, mas sim a única forma de cumprir uma obrigação legal (LBI Lei 13.146/2015, Decreto 5.626/2005) de garantir a acessibilidade e a permanência de estudantes surdos.

15.1.2. Viabilidade da Solução (Tópicos 5 e 6): O modelo de 32 (trinta e dois) postos de trabalho com dedicação exclusiva é a única solução técnica capaz de atender à demanda acadêmica contínua, permitindo a gestão do revezamento dos intérpretes, o que garante a qualidade da tradução.

15.1.3. Viabilidade de Mercado (Tópico 5): O levantamento de mercado indica que este é um serviço comum, com ampla oferta de empresas especializadas no mercado, assegurando a competitividade.

15.1.4. Viabilidade Orçamentária (Tópico 8): A estimativa de valor da contratação foi calculada com base em parâmetros de mercado e na Planilha de Custos e Formação de Preços, demonstrando compatibilidade orçamentária.

15.1.5. Alinhamento Institucional (Tópico 11): A contratação está alinhada à missão da Unirio e registrada no Plano de Contratações Anual (DFD 8/2026).

15.1.6. A não realização desta contratação resultaria na interrupção de um serviço essencial e no descumprimento legal por parte da Universidade.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALLAN ROCHA DAMASCENO

Membro da comissão de contratação

EBERSON DOS SANTOS SARMENTO

Membro da comissão de contratação

MARCELO LEIRAS DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/02/2026 às 13:11:34.

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Número do Processo: 23102.003931/2025-83.

1.2. Objeto da Contratação: Prestação de serviços continuados de Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) - Língua Portuguesa, por meio de 15 (quinze) postos de trabalho em regime de dedicação exclusiva.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Conforme definido pela IN SEGES/MPDG nº 5/2017, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

2.2. O IMR estabelece uma correlação entre o pagamento devido e os resultados efetivamente alcançados, complementando a aferição quantitativa com uma avaliação qualitativa.

2.3. O IMR deve ser interpretado pela Contratada como um compromisso formal de qualidade.

2.4. Desvios na qualidade ensejarão ajustes proporcionais no valor a ser pago (glosas).

2.5. O redimensionamento busca assegurar o interesse público, evitando pagamentos desproporcionais aos resultados entregues.

2.6. As glosas previstas neste IMR não se confundem com as sanções administrativas (multas, suspensão, etc.).

2.7. Por não constituírem sanções, as glosas dispensam a instauração de processo administrativo sancionador, sendo parte do rito de liquidação da despesa.

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. O acompanhamento será realizado por meio deste IMR, acordado entre as partes.

3.2. A Contratada obriga-se a aceitar a medição de resultados nos termos deste instrumento.

3.3. O servidor designado avaliará sistematicamente a qualidade com base nos parâmetros estabelecidos.

3.4. Constatada falha (ausência de resultados, execução inferior à exigida ou falta de recursos humanos), será aplicada retenção ou glosa proporcional.

3.5. Identificadas falhas, o servidor deverá requerer a adoção imediata de medidas corretivas.

3.6. A avaliação formal será apresentada à Contratada, incluindo a análise detalhada do desempenho.

3.7. Cada fatura será acompanhada da aplicação individualizada deste IMR.

3.8. O valor a ser pago será calculado conforme a aferição da qualidade e do desempenho.

3.9. O pagamento integral somente será devido caso a Contratada cumpra plenamente todas as obrigações.

3.10. É vedado à Contratada realizar sua própria avaliação de desempenho; esta é responsabilidade exclusiva da Contratante.

4. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

A pontuação final de qualidade variará de **0 a 100 pontos**. Cada indicador possui um peso proporcional à sua essencialidade.

4.1. Tabela de Indicadores de Desempenho (TILS)

| Indicador | Descrição e Critério | Meta | Pontos (Peso) |
|------------------------------------|--|-------------|----------------------|
| I1: Assiduidade | Presença do intérprete no posto/local designado. | 100% | 40 pts |
| I2: Revezamento Técnico | Cumprimento obrigatório do sistema de duplas (troca a cada 20-30 min). | 100% | 30 pts |
| I3: Qualificação | Manutenção de profissionais com Nível Superior e perfil exigido. | 100% | 20 pts |
| I4: Prazos/Produção | Entrega tempestiva de vídeos e materiais traduzidos. | 100% | 10 pts |

4.2. Cálculo da Pontuação Mensal de Qualidade (PQ)

O Índice de Qualidade será a soma dos pontos obtidos em cada indicador. Falhas geram a perda total ou parcial dos pontos do indicador no mês.

4.3. Tabela de Ajuste de Pagamento (Glosa Mensal)

| Pontuação de Qualidade (PQ) | Percentual de Pagamento | Glosa sobre a Fatura Mensal |
|------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------|
| 100 pontos | 100% | 0% |
| 90 a 99 pontos | 98% | 2% |
| 80 a 89 pontos | 95% | 5% |
| 70 a 79 pontos | 90% | 10% |

| Pontuação de Qualidade (PQ) | Percentual de Pagamento | Glosa sobre a Fatura Mensal |
|-----------------------------|-------------------------|-------------------------------|
| Abaixo de 70 pontos | Avaliação de Inexecução | Sujeito ao item 6.1 (Sanções) |

5. APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVAS PELA CONTRATADA

- 5.1. Será permitido apresentar justificativa formal para desempenho inferior ao exigido.
- 5.2. Justificativas só serão admitidas para eventos imprevisíveis, excepcionais e alheios ao controle da empresa.
- 5.3. Prazo de **2 (dois) dias úteis** após a ciência da não conformidade.
- 5.4. Deve conter: descrição do ocorrido, causas, prova do caráter excepcional, ações corretivas e prazo para regularização.
- 5.5. O envio não suspende a glosa; a Contratante deliberará sobre a aceitação.
- 5.6. Decisões serão comunicadas por escrito.
- 5.7. A aceitação não exime a empresa de restabelecer o padrão de qualidade imediatamente.

6. APURAÇÃO DE FALHAS GRAVES E INEXECUÇÕES CONTRATUAIS

- 6.1. Falhas graves (ex: interrupção total por falta de pessoal) serão objeto de processo administrativo para aplicação das sanções do Tópico 8 do TR, incluindo rescisão.
- 6.2. Desempenho reiteradamente insatisfatório (PQ abaixo de 70 pontos por 2 meses seguidos) caracteriza inadimplemento contratual.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 7.1. O IMR pode ser complementado por outros mecanismos, como pesquisas de satisfação com os alunos surdos.
- 7.2. Critérios e metas podem ser revistos mediante justificativa técnica fundamentada.
- 7.3. A revisão não poderá resultar em desequilíbrio econômico-financeiro para a Contratada.
- 7.4. Alterações de indicadores serão formalizadas por **Termo Aditivo**.